



**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA  
DIRETORIA DE ENSINO, INSTRUÇÃO E PESQUISA  
ACADEMIA DE BOMBEIRO MILITAR ARISTARCHO PESSOA  
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**INSERÇÃO DE AGENTE HABILITADO EM APH TÁTICO NAS EQUIPES DE  
SEGURANÇA DO GOVERNADOR DA BAHIA: UMA PROPOSTA**

Paulo Marques de Farias<sup>1</sup>  
Anailton Maurício Costa<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este trabalho analisa a proposta de inserção de agente habilitado em Atendimento Pré-hospitalar Tático (APHT) nas equipes de segurança do Governador da Bahia. Tal abordagem faz-se necessária em virtude da relevância do bem a ser tutelado: a integridade física, psicológica e imagem pública da pessoa encarregada de gerir o rumo da Bahia, portanto quaisquer fatos que sobrevenham sobre tal autoridade, quer seja inerentes à natureza humana como doenças, acidentes e incidentes que possam comprometer sua capacidade física e, ou mental, de maneira temporária ou permanente, quer seja criminalmente motivados, podem gerar instabilidade no estado democrático de direito. A finalidade desta pesquisa é sugerir que seja inserido um agente que lidere as demandas de emergências pré-hospitalares nas equipes de segurança do Governador da Bahia. Este intento será alcançado através de pesquisa de campo com entrevistas e questionários tanto para os gestores quanto para os operadores da Diretoria de Segurança da Casa Militar do Governador da Bahia. A análise comprovou que a maioria dos atuais agentes que estão atualmente operando na segurança da mencionada autoridade, não se sente habilitada para liderar uma ocorrência com demanda pré-hospitalar tática, convencional ou não, o que nos leva a concluir pela imperiosa necessidade de implementação do quanto sugerido neste trabalho.

**Palavras-chave:** Atendimento Pré-hospitalar Tático. Liderança. Educação continuada.

---

<sup>1</sup> Capitão da Polícia Militar da Bahia. Coordenador de Segurança do Governador da Bahia. Gestão em Ciências Policiais, Academia de Polícia Militar da Bahia. Aluno do curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - 2022.

<sup>2</sup> Coronel da Polícia Militar da Bahia. Chefe da Casa Militar do Governador da Bahia.

# 1 INTRODUÇÃO

A busca pela melhoria na prestação do serviço de segurança para autoridades é uma questão de destaque em diversas instituições dedicadas a essa nobre missão. A Casa Militar do Governador da Bahia (CMGBA) desempenha uma função relevante no Estado ao garantir a segurança do Governador e seus familiares, esforçando-se para aprimorar constantemente os procedimentos e protocolos de segurança. Para isso, oferece cursos no âmbito estadual e em outras unidades da Federação e até encaminha seus agentes ao exterior para participar de cursos de igual natureza. Essa dedicação é essencial porque, no exercício de suas funções, as autoridades expressam opiniões e tomam decisões que têm impacto direto na vida dos cidadãos, expondo-as ao escrutínio social e, às vezes, à violência. Atentados históricos a figuras como o presidente Prudente de Moraes, ao jornalista Carlos Lacerda e ao candidato à presidência João Pessoa ilustram essa realidade. Além disso, tais personalidades também estão sujeitas a problemas comuns a todos os seres humanos, como doenças, acidentes com potencial para comprometer a saúde física e mental temporária ou permanentemente.

Recente pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública divulgou que das cinco cidades mais violentas do Brasil, quatro estão na Bahia, todas com taxas de mortalidade cerca de três vezes maiores do que a média nacional. Dados da referida pesquisa mostraram que em 2022 foram registradas 47.508 vítimas. A maioria delas causada por armas de fogo. Esse número é maior do que o registrado em 2011, primeiro ano do levantamento. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em artigo publicado em 30/09/2022, intitulado "Armas de fogo e Homicídios no Brasil", aponta que a violência letal atingiu o recorde histórico em 2017, quando mais de 64 mil pessoas foram assassinadas e a taxa de mortalidade chegou a 30,9 por 100 mil habitantes. Desde 2018, no entanto, o país tem reduzido anualmente a taxa de mortes violentas intencionais, chegando a 23,4 em 2022.

Diante disso, a capacitação e o aprimoramento técnico dos agentes de segurança são fundamentais para reduzir os riscos aos quais as autoridades possam estar expostas. Os cursos de proteção de autoridades abordam uma variedade de disciplinas, adaptando-se à realidade do protegido. Nesse contexto, o Atendimento Pré-hospitalar Tático (APHT) apresenta-se como uma das atribuições da equipe de segurança, pois a integridade física e mental da autoridade é diretamente relevante para a estabilidade política da democracia. O APHT é uma opção apropriada, quando o atendimento pré-hospitalar tradicional não é viável, oferecendo serviços médicos em situações de emergência ou crises que envolvem altos riscos para a autoridade ou para os agentes.

Seu principal objetivo é proporcionar atendimento pré-hospitalar de alta qualidade o mais rapidamente possível, utilizando equipamentos e técnicas avançadas, cujo domínio só é alcançado com treinamento especializado e repetido continuamente para atuar em situações críticas. No entanto, embora as instruções de APH e APHT sejam de interesse e façam parte do cronograma de atividades da CMGBA, percebe-se a necessidade da presença de um agente com essa responsabilidade em cada equipe de segurança do Governador, de modo a liderar as ações próprias do APH de Tático. Essa medida garantirá maior segurança e eficiência no atendimento a possíveis situações de emergência envolvendo a autoridade protegida ou aos agentes de proteção.

Este trabalho visa demonstrar que, embora haja um esforço da CMGBA em ministrar instruções de APHT, quer seja no CPA ou em instrução de capacitação, o corpo da segurança ainda carece de um protocolo que gradue um agente com essa função específica nas equipes de Segurança do Governador da Bahia, em consequência da falta de experiência na rotina do APHT e de um programa de educação continuada que garanta a fixação do treinamento e a atualização dos protocolos, seguindo os órgãos internacionais dedicados ao tema. Nesse sentido, buscou-se responder a seguinte pergunta: O agente de segurança do Governador da Bahia sente-se capacitado para liderar uma ocorrência com demanda em APHT? Tem como hipótese: A liderança de um agente capacitado em APHT aumenta a eficiência das medidas a serem tomadas pelas equipes de segurança durante uma emergência pré-hospitalar.

Tal abordagem justifica pelo importância do bem tutelado, pelo direito legal que o Governador tem de receber proteção do Estado e dado que a presença de um agente habilitado em APHT nas equipes de segurança no chamado “tempo-zero do trauma”, que é aquele imediatamente após a geração da demanda por atendimento pré-hospitalar, tático ou convencional, é a garantia de que haverá um cuidado imediatamente após a ocorrência do evento crítico, produzindo melhores respostas aos eventuais danos e aumentando a qualidade do serviço pré-hospitalar até a chegada da equipe médica ou encaminhamento ao atendimento para rede hospitalar, estando a área conflagrada ou não. Nesse sentido, CICONET explica que essa premissa tem forte impacto sobre determinados agravos, o qual o tempo é fator determinante para o desfecho do atendimento.

O principal objetivo deste estudo é propor a inserção de um agente na equipe de segurança do Governador da Bahia com habilidades e capacidades em APHT para liderar procedimentos e tomar decisões ante qualquer ambiente ou demandas médicas primárias, até o direcionamento do ofendido a uma unidade de suporte avançado.

Para tanto, serão analisadas a estrutura da equipe de segurança e suas atividades, a importância e os benefícios da presença de um agente apto para liderar ocorrências de emergências pré-hospitalares e sobre a forma de inserção desse agente nas fileiras das equipes de segurança.

Para fundamentar a análise, será feita uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo, ouvindo experiências de gestores da Diretoria de Segurança da Casa Militar do Governador da Bahia e percebendo a autoavaliação dos operadores que compõem as equipes de proteção de autoridades.

## **2 ANÁLISE DA ESTRUTURA DA EQUIPE DE SEGURANÇA**

Inicialmente falaremos da fração da CMGBA, que está diretamente ligada ao serviço de segurança que é prestado ao Governador. A Diretoria de Segurança, com base no Decreto Estadual nº 9.525 de 24 de agosto de 2005, alterado pelo Decreto Estadual nº 16.956, de 16 de agosto de 2016, tem por finalidade executar as atividades de operações de segurança ao Governador e seus familiares, bem como às autoridades convidadas pelo Governo em visita ou missão oficial no Estado. É, portanto, um setor técnico que tem a premissa maior de garantir a integridade física daquela autoridade e de todas as outras que visitarem o Estado, além da segurança das instalações a ela inerentes. Isso envolve a prevenção de ameaças, a detecção de possíveis perigos e a resposta eficaz a situações de emergência.

Dentre homens e mulheres distribuídos nos seus diversos serviços da Diretoria de Segurança, extrai-se uma fração que está destinada efetivamente à proteção da autoridade. Diferenciada das demais, o Acompanhamento é o grupo que mais se aproxima do dignitário e, portanto, é o que reúne condições de responder imediatamente a possíveis perigos e atuar rapidamente em situações de emergência.

Contando atualmente com equipes que se revezam em regime de escalas de serviço, os agentes do Acompanhamento são empregados na missão de assegurar a integridade física e moral da referida autoridade em qualquer lugar em que ela se encontre no território brasileiro, especialmente o baiano. As equipes são formadas em sua maioria por servidores oriundos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares da Bahia (CBMBA), perfazendo um perfil castrense de segurança, todos com cursos de formação para os respectivos postos e graduações, acrescidos, em quase sua totalidade, do Curso de Proteção de Autoridades, ministrado pela CMGBA, requisito importante para ingresso no referido quadro e que contempla a instrução de APHT (CMG, 2023). A célula de segurança é composta agentes treinados para proteção de autoridades e suas principais funções são:

- a) Coordenador: responsável pelo planejamento das missões, gestão de pessoal, tomada de decisão e acompanhamento da autoridade onde quer que ela esteja;
- b) Motoristas: são os agentes que conduzem os veículos de segurança e o da autoridade;
- c) Agente Aproximado: é incumbido da proteção imediata da autoridade e a acompanha onde quer que ela esteja.

Como o serviço é prestado ininterruptamente e a autoridade, para cumprimento de agenda oficial ou particular, tanto na Capital quanto no interior do Estado, desloca-se a pé ou por meio de veículos, a célula de segurança assume diferentes configurações, adequando-se como um corpo vivo aos mais variados terrenos e edificações, exigindo um grau elevado de comprometimento, técnica e raciocínio rápido necessários para atender demandas, conhecidas ou não. Nesse sentido, caso sobrevenha uma demanda de emergência médica na Capital, o protocolo da CMG orienta o encaminhamento da autoridade para uma unidade hospitalar pré-definida, porém se a necessidade ocorrer no interior do Estado, o dignitário será encaminhado para unidade médica mais próxima para que receba os primeiros atendimentos, até posterior transferência para uma unidade mais especializada. Um kit com suprimentos e equipamentos básicos acompanha a equipe para um pré-atendimento até a chegada à rede hospitalar.

A Portaria nº 16 do Ministério da Defesa sentencia que o Atendimento Pré-Hospitalar Tático consiste no atendimento à vítima, em um ambiente tático nas atividades militares com o emprego de um conjunto de manobras e procedimentos emergenciais, baseados em conhecimentos técnicos de suporte de vida básicos e avançados, para serem aplicados nas vítimas ou em si mesmos, por indivíduos previamente treinados, com o objetivo de salvaguardar a vida humana e prover a estabilização para a evacuação até o suporte médico adequado. (BRASIL, 2018).

Nesse sentido, visando proporcionar aos seus agentes uma formação de maior profundidade no assunto, a Diretoria de Segurança da Casa Militar vem implementado ao longo dos anos o Curso de Proteção de Autoridades (CPA), realizado em conjunto com o Departamento de Ensino da Polícia Militar da Bahia, o qual já instruiu e formou agentes baianos e de outras unidades da Federação (CMG, 2023) e objetiva capacitar os servidores na atividade de segurança de autoridades, possibilitando a sua atuação na prevenção, intervenção e proteção de dignitários, conforme Edital nº IEP-CPCP 021/04/2022. Em sua 9ª edição, o CPA encerra, dentre outras disciplinas, a de Atendimento Pré-hospitalar, para a qual é disponibilizada uma carga horária de 10 horas/aula, distribuídas em dois turnos. A instrução é transmitida por um Oficial Multiplicador

Institucional de Atendimento Pré-hospitalar Policial com Protocolo MARC<sup>3</sup>, o qual é hoje o responsável pela multiplicação e difusão dos ensinamentos protocolares do atendimento pré-hospitalar e um dos responsáveis direto na formação do perfil do agente de segurança de dignitários na Bahia (CMG, 2023).

A CMG também encaminhou alguns de seus agentes para participarem do *Curso en Protección y Seguridad a Personas* realizado pela *Escuela de Policía en Protección y Seguridad*, na Colômbia, país que tem um histórico de atentados violentos contra suas autoridades e personalidades (SANTOS, 2014), sendo portanto referência em termo de segurança de autoridade.

No entanto, apesar dos cursos proporcionados, os agentes podem deparar-se com desafios na aplicação da prática do APH Tático. Como a instrução não visa formar lideranças em atendimento pré-hospitalar, essas dificuldades são agravadas pelas particularidades inerentes a essa forma de assistência, que frequentemente exigem respostas diante do imprevisto, ação coordenada da equipe, controle emocional, profundo conhecimento e agilidade (BEZERRA et al, 2012). Sendo assim, cabe analisar se a inserção de um agente capacitado e habilitado para liderar as equipes de segurança do Governador da Bahia traria benefícios satisfatórios para a eficácia e qualidade do atendimento a eventuais demandas de APH Tático. É o que veremos a seguir.

### **3 BENEFÍCIOS DA PRESENÇA DE UM AGENTE HABILITADO EM APH TÁTICO NAS EQUIPES DE SEGURANÇA**

A ação do agente de segurança é atípica, porque pode ocorrer em momentos de confronto, nos quais as condições do terreno, estrutura das edificações e de acesso são limitadas, requerendo do protetor técnicas e táticas adequadas ao contexto. Nessa toada, o GEBA, pela natureza de sua função, muitas vezes adentra em áreas de risco, tanto no interior do Estado quanto na Capital e Região Metropolitana. Muitos desses locais são de difícil acesso e apresentam uma geografia complexa e por vezes não totalmente conhecida pela equipe de segurança, cenário que apresenta obstáculos potenciais para a chegada de uma equipe de atendimento pré-hospitalar convencional, a exemplo de áreas conflagradas de Salvador, restando à equipe de segurança, ante ocorrência com demanda pré-hospitalar, ofertar os cuidados necessários e extrair a autoridade ou o agente, de forma rápida para um local seguro.

---

<sup>3</sup> O protocolo MARC é um mnemônico das palavras Massivo, Ar (vias aéreas), Respiração e Calor que significam controle de hemorragias, manutenção de vias aéreas pérvias, cuidados com a respiração e manutenção de calor.

Segundo a *Tactical Combat Casualty Care* (TCCC / TC3), protocolo militar criado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos para atendimento pré-hospitalar em combate, aproximadamente 90% das mortes decorridas dos confrontos no Iraque, aconteceram antes dos feridos alcançarem a rede de atendimento médico, o que sugeriu a importância dos esforços na melhoria da prestação dos cuidados no primeiro atendimento para evitar a casualidade. Com o avanço nos estudos, foi verificado que o Protocolo TC3 foi capaz de minimizar os óbitos decorrentes das lesões (KELLY et al, 2008), confirmando sua eficácia. Assim, torna-se importante ressaltar que com a presença do agente capacitado em APH Tático na célula de segurança, o atendimento seria imediato (tempo zero do trauma), aumentando consideravelmente as chances de eficácia no atendimento, levando relevante vantagem em relação ao atendimento pré-hospitalar convencional, o qual tem uma média de tempo resposta de 19 minutos entre o recebimento da chamada e a chegada da equipe ao local de atendimento (CICONET, 2015).

Outra vantagem importante é que o líder habilitado em APH Tático poderá identificar possíveis erros e prevenir lesões secundárias. Um exemplo é o notado pelo Corpo de Bombeiros de Goiás, que em seu Manual Operacional de Bombeiros, afirma que a inadequada manipulação e transporte das vítimas são, geralmente, os causadores das lesões secundárias, aquelas afligidas logo após o trauma inicial. Em situações em que o transporte é necessário, um agente de APH Tático pode auxiliar na técnica de transferência da autoridade para área mais segura, mantendo o tratamento adequado durante o processo.

Assim é possível afirmar que a presença de um agente de APH Tático na equipe pode aumentar a confiança e a sensação de segurança entre as autoridades, equipe de segurança e o público em geral. Segundo Gillespie (2003), ao contrário da confiança pessoal, a confiança profissional está baseada na percepção das habilidades profissionais e das competências que levam à confiabilidade, isto é, contar com o líder para lhe ajudar a resolver questões importantes, obter seu apoio em situações difíceis, ou confiar na sua avaliação do trabalho. Santos (2017) afirma que a Educação Permanente em Saúde (EPS) representa um conjunto de ações essenciais que possibilitam a qualificação dos profissionais responsáveis pelos cuidados ofertados aos clientes. Além de permitir a integração da vivência diária com os conteúdos teóricos, para que haja qualidade na execução do trabalho.

Outra repercussão que pode ser observada é o do treinamento interdisciplinar, benefício que os demais integrantes das equipes podem se valer uma vez que a presença de um agente com habilitação em APH Tático fomenta a transmissão de conhecimento global. Isso permite que cada

membro compreenda melhor as responsabilidades e as competências dos outros, o que, por sua vez, facilita a comunicação eficaz e a coordenação durante situações de emergência. A interdisciplinaridade possibilita a troca generalizada de informações e de críticas, a ampliação da formação geral da equipe, a melhor preparação do indivíduo para o trabalho a ser realizado e o desenvolvimento de uma educação permanente (LUCKESI, 1993).

Outra característica importante é a adaptação para atendimento em ambientes hostis. Assim sendo, o agente com treinamento especializado deverá demonstrar uma capacidade de operar sob estresse como em áreas de risco elevado, mantendo a qualidade de sua performance. Espera-se que com um perfil castrense, o efetivo do Acompanhamento esteja familiarizado com o terreno e o combate.

#### **4 FORMA DE INSERÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA**

Com certo atraso, o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou em 2022 a Portaria do Ministro nº 98, estabelecendo a uniformização de procedimentos, equipamentos, instrumentos e insumos pré-hospitalares empregados na salvaguarda da vida dos profissionais de segurança pública feridos no exercício do cargo ou função, ou em razão destes, estando ausentes recursos regulares de suporte à vida e à saúde. Tornando-a uma ferramenta importante dentro do cenário de segurança pública e privada por todo o Brasil, seu artigo 6º prescreve três níveis de habilitação, sendo:

- I. Básico: compreendendo atividades rotineiras de segurança;
- II. Intermediário: o visa ao emprego em atividades especializadas de segurança pública, desde que em situações que ensejem risco iminente de morte;
- III. Avançado: destina-se à atuação em circunstâncias táticas que exijam procedimentos de competência específica dos profissionais de saúde que atuam nas instituições de segurança pública, com formação acadêmica superior em medicina e enfermagem.

O mesmo dispositivo, desta feita em seu parágrafo único do artigo 7, prescreve também que enquadram-se no disposto aqueles profissionais de segurança pública elencados no inciso II, de nível técnico ou superior, previamente habilitados na capacitação prevista para o respectivo nível de emprego, ou seja, será necessário ao agente de segurança do Governador que se habilite a liderar a equipe em demandas que reclamem os procedimentos de APH Tático ou convencional, o nível técnico em enfermagem, no mínimo, e ser aprovado em curso de capacitação a ser fomentado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública ou por instituição acreditada.



Sendo assim, um agente de segurança deve ter consciência da responsabilidade, ter formação técnica ou superior e receber continuamente formação adequada ao nível de risco da autoridade, pois conforme Massaroli e Saupe, a educação permanente está relacionada ao ganho constante de conhecimento, enquanto a educação continuada está relacionada à manutenção e reavivamento de conceitos anteriormente aprendidos, mantendo a capacitação nas áreas de interesse. Ambos os conceitos são essenciais para a garantia de boa assistência decorrente de atualização constante de conceitos em saúde e, especificamente, prática de APH Tático.

## **5 O APHT NO EXÉRCITO BRASILEIRO E NA CASA MILITAR DO GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO**

No Brasil, a difusão do APHT tem sido percebida também através de cursos ministrados por instituições privadas, como a *EBM to go* (Medicina Pré-hospitalar Baseada em Evidências), e públicas, como o Exército Brasileiro, que vem ganhando destaque em função da inclusão da medicina operacional no currículo das suas escolas de formação e com a criação do Curso de Saúde Operacional do Exército, instituído em cumprimento à Portaria Normativa nº 16 do Ministério da Defesa, de 12 de abril de 2018, que aprovou a diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático (BRASIL, 2018).

Tal documento também regula a atuação das classes profissionais, a capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações previstas para a atividade, dividindo-os em três níveis de atuação: I (Médicos e Enfermeiros), II (profissionais de saúde, técnicos de enfermagem, elementos de Operações Especiais e Operadores de Busca e Salvamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica) e III (Socorristas Táticos) e impõe a recertificação a cada 3 anos.

Voltado para a medicina de guerra e lastreado no Protocolo TC3, o APHT ganhou destaque na Instituição Castrense em virtude da eficiência dos primeiros procedimentos, como por exemplo, a aplicação de torniquete tático e bandagem de pressão, que com melhor eficiência, garantiam a manutenção da vida das vítimas do campo de batalha (FERNANDES, 2021).

Elucida também esse tema, o fato de que a Casa Militar do Rio de Janeiro, através do Gabinete Médico, inseriu há algum tempo agentes bombeiros, inicialmente com apenas formação em APH convencional, nas equipes de segurança do Governador daquele Estado. Com o desenvolvimento de novos protocolos, esses bombeiros foram se especializando e ganhando experiência e hoje são técnicos emergencistas e de enfermagem. Alguns deles com capacitação em APHT pela Força Nacional, mas todos aptos para gerenciar e liderar os procedimentos em emergências pré-hospitalares daquela autoridade e de seus companheiros de serviço. Cabe ressaltar

que o serviço é prestado diuturnamente, todos os dias da semana e esses agentes regulam as urgências/emergências com os médicos lotados no Coordenadoria de Saúde da Casa Militar.

## **6 METODOLOGIA**

### **6.1 ÁREA DA PESQUISA**

Foram consultados oficiais e praças da Casa Militar do Governador da Bahia, mais precisamente da Diretoria de Segurança, cuja sede se situa no 2º andar da Governadoria, que fica na 3ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia e atualmente está composta por um corpo de agentes, os quais uma fração denominada Acompanhamento, está diretamente empregada na segurança aproximada do GEBA, divididos em equipes, em sua maioria oriundos da Polícia e Bombeiro Militares da Bahia.

### **6.2 TIPO DE PESQUISA**

Quanto à abordagem, o presente trabalho pode ser considerado como quali-quantitativo. Já quanto à natureza, é considerado uma pesquisa aplicada, pois ao mesmo tempo que investiga a problemática, também propõe soluções. No contexto dos seus objetivos, este estudo está situado como descritivo e explicativo e quanto aos procedimentos se enquadra como pesquisa de levantamento (GIL, 2007).

### **6.3 DELINEAMENTO E COLETA DE DADOS**

Inicialmente foi feito um levantamento de dados a partir de entrevistas e questionários respondidos pelos integrantes da Diretoria de Segurança para conhecer a estrutura atual de educação e o nível de habilidade em APH dos seus agentes. As entrevistas foram diretas e as perguntas foram abertas, permitindo aos entrevistados o livre pensar. Já o questionário foi confeccionado na plataforma do *Google Forms* e foi difundido via rede social *Whatsapp* para os agentes e consta seis perguntas. A coleta dos dados do questionário preservou o anonimato dos participantes, portanto os nomes não foram anexados aos formulários, não permitindo personalizar as respostas.

Os escolhidos para as entrevistas foram o Maj PM Raimundo Alves Trindade, Diretor, Cap PM Marcus Teixeira Santos, instrutor de APH Tático com Protocolo MARC 1, e o Ten PM Gladson Oliveira Tavares, Coordenador do Acompanhamento do Governador, todos da Diretoria de Segurança e com experiência na prestação de serviços de proteção pessoal àquela autoridade. As entrevistas ocorreram na sede da Diretoria, nos dias 20 e 27 de julho de 2023, na sala de reuniões e foram gravadas em aparelho celular.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sobre a estrutura da CMG, seguem os principais trechos das respostas para as perguntas realizadas.

### 7.1 ENTREVISTAS

a) Sobre as atividades da Diretoria de Segurança voltadas ao fomento de profissionais com formação nas ações de APH Tático;

*- Temos dois oficiais instrutores em APH. Já realizamos uma etapa de capacitação de 20 agentes no Protocolo MARC 1, que hoje é o protocolo usado como referência para APH Tático e dentro da estrutura do Curso de Proteção de Autoridades nós temos a disciplina de APH Tático incluída há duas edições e que ao final do curso os alunos saem certificados no Protocolo MARC 1.*

Chamou a atenção o fato de que, apesar de toda estrutura voltada para fornecer instrução com vistas ao fortalecimento da doutrina de APH convencional e tático no âmbito da segurança, não se observou o diligenciamento dessa função a um agente especificamente, o que torna os instrutores como os únicos referenciais da atividade, falta que poderia ser suprida com a implantação de um corpo de agentes treinados periodicamente para esse fim.

b) Sobre a inserção de um agente especialista em APH Tático nas equipes da CMG de proteção:

*- Vejo com uma excelente possibilidade de qualificar o nosso serviço, porque é uma tendência as técnicas policiais hoje, não somente da técnica de segurança de autoridades, mas da técnica policial [...].*

*- [...] então a gente precisa adequar essa doutrina a nossa realidade. Portanto acho que é extremamente viável a gente ter um agente especializado nessa tomada de decisão durante todo o nosso serviço.*

*- Vejo com bons olhos, até porque nós precisamos disso para deixar sempre livre os agentes de segurança quando, em alguma atividade que ponha em risco a autoridade[...], essa pessoa seria o especialista para comandar e orquestrar o primeiro atendimento ao nosso protegido.*

Nesse sentido e reconhecendo que embora todos da equipe estejam voltados para guarnecer a autoridade, é o Agente Aproximado que guarda a menor distância física do Governador, de modo que possa, imediatamente após o eventual momento crítico, protegê-lo, atendê-lo e extraí-lo para o atendimento médico na rede hospitalar, o mais rápido possível. Desse modo, cumpre destacar

que os benefícios do atendimento pré-hospitalar tático no tempo zero do trauma, sem dúvida, seriam mais visíveis se partissem da liderança desse agente.

c) Sobre a viabilidade da implementação de um programa de instrução continuada de APH Tático para os agentes indicados:

*- Acho extremamente importante [...]. Eu acho que a criação de um programa de instruções diga-se uma periodicidade, ainda que a nossa rotina muitas vezes atrapalhe [...]. É extremamente importante, para que nós possamos capacitar os nossos policiais para uma maior gama de situações 'possível' e não somente com vistas à segurança da autoridade, mas também com vistas à segurança própria [...].*

*- Eu acredito que o mínimo necessário seria pelo menos a cada semestre. Nós faríamos uma nova avaliação de conhecimento e atualização também para avaliar o conhecimento do operador para gente ver onde é que está sendo uma maior dificuldade e o que é que a gente pode atacar mais a nível de treinamento.*

*- [...]É justamente o treinamento que faz com que esse especialista consiga no momento de crise, solucionar os problemas[...].*

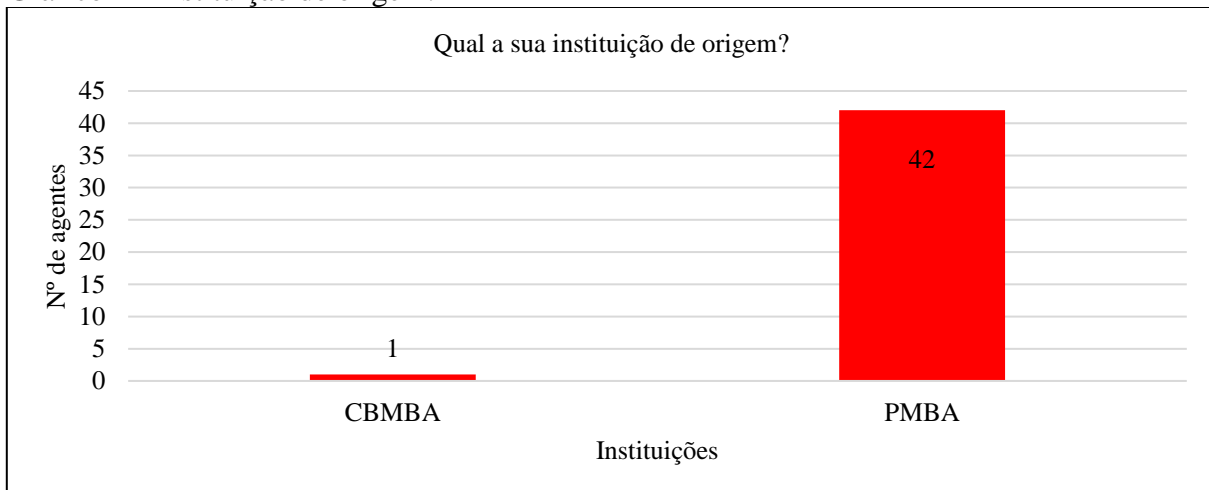
De fato, quanto mais qualificado for o agente de segurança, mais facilidade terá quando for operar em situação adversa e inesperada. A Portaria EME nº 72, de 2015 informa, em seu artigo 34: “A capacitação de militares para o APH deve ser realizada de forma sistemática nos cursos da Linha de Ensino Militar de Saúde, proporcionando a atualização e a complementação dessa capacitação de forma regular e periódica ao longo da carreira militar (educação continuada)” (BRASIL, 2015. P. 28).

Além disso, o psicólogo alemão Hermann Ebbinghaus, sugeriu em sua obra intitulada *Über das Gedächtnis* (mais tarde traduzida para o inglês como *Memory. A Contribution to Experimental Psychology*) que a reaprendizagem, por um lado, é mais fácil de se concretizar com sucesso ante a inicial e mais difícil de ser esquecida, uma vez que ocorrem sucessivas repetições da informação apresentada melhorando, portanto, a sua assimilação (EBBINGHAUS, 1885).

## 7.2 PESQUISA

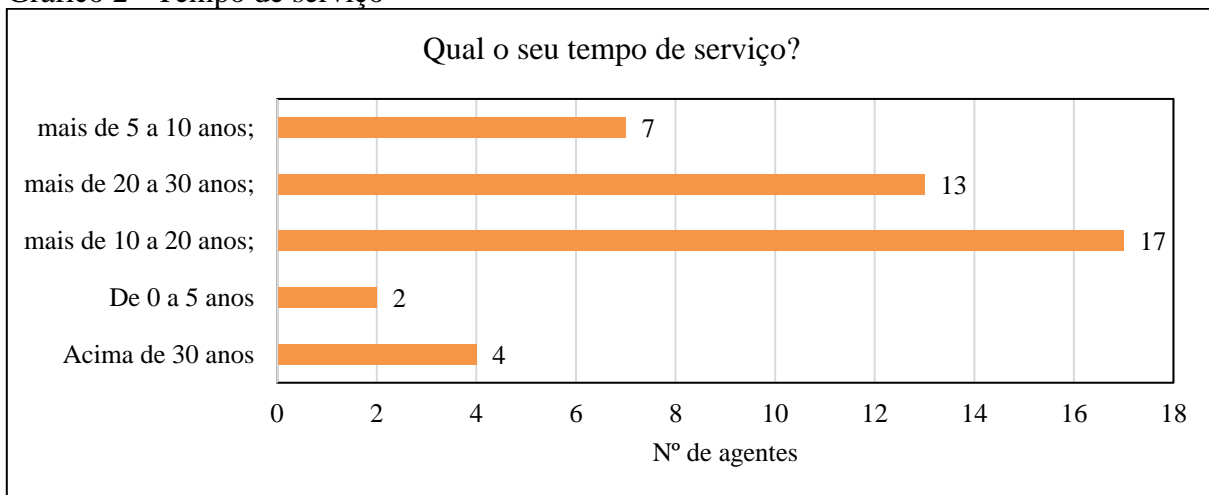
Já o público alvo da pesquisa foi o Acompanhamento e seus integrantes, das mais variadas graduações, responderam o questionário como abaixo se segue;

Gráfico 1 - Instituição de origem.



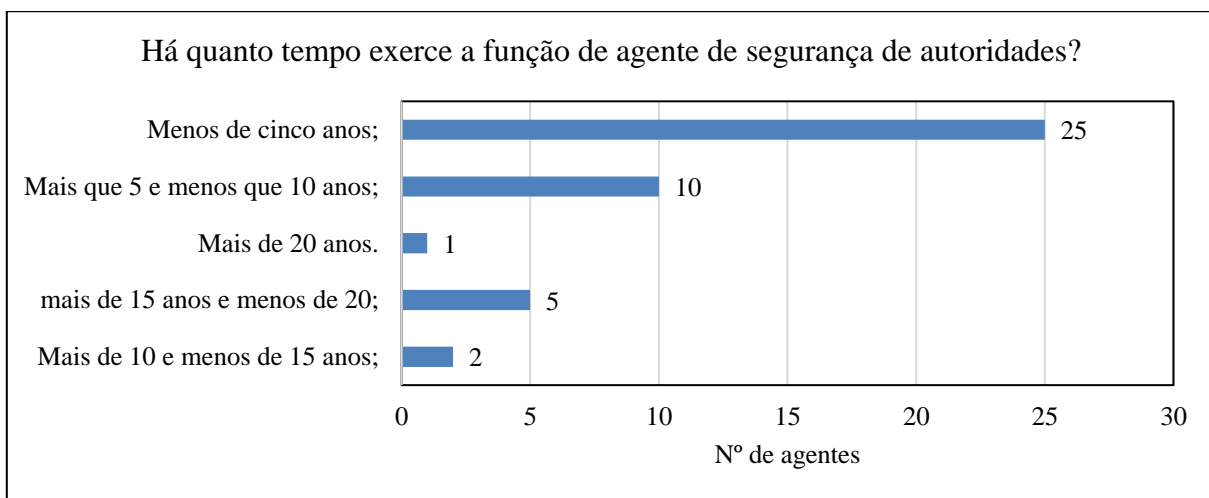
Nota-se pelo gráfico acima o percentual majorado dos policiais militares na constituição das equipes de proteção, o que confere um viés castrense e, teoricamente, afeito a situações de estresse, fator determinante para operações em situações de estresse.

Gráfico 2 - Tempo de serviço



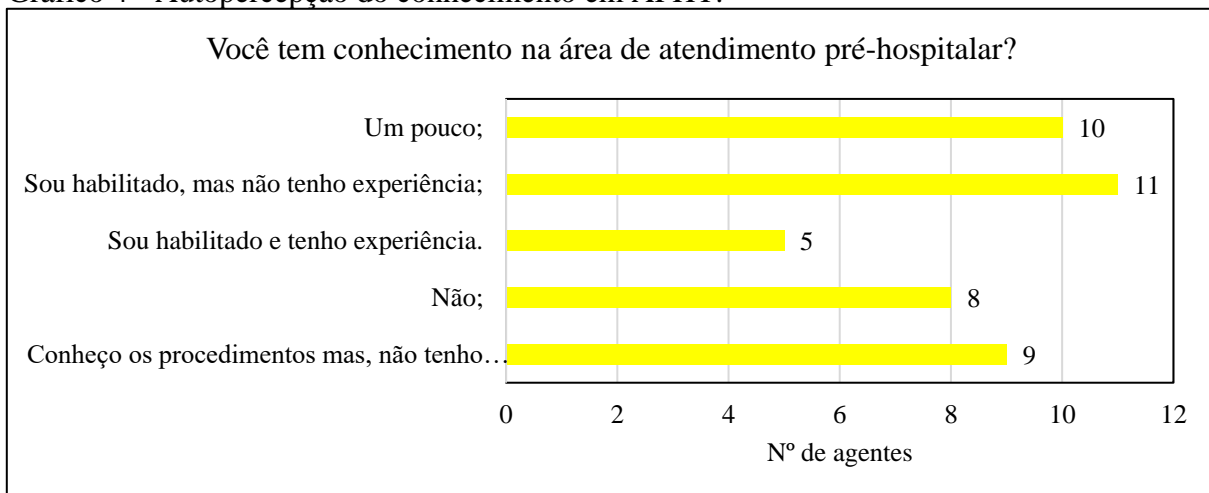
Embora haja uma rotatividade muito grande entre os integrantes do Acompanhamento, sabe-se agora que quase 70% dos entrevistados têm mais de dez anos de serviços prestados de maneira geral, ou seja, já tiveram vivência com a atividade de segurança pública.

Gráfico 3 - Tempo na função de segurança de autoridades



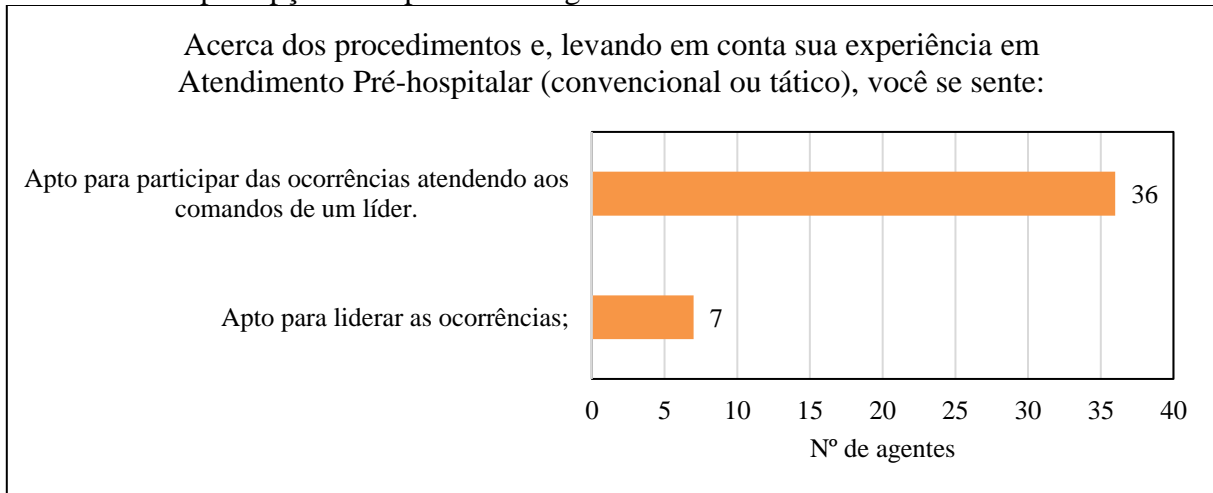
Verifica-se, ao contrário do gráfico anterior, que mais da metade da equipe de Acompanhamento tem menos de 5 anos na função, o que nos indica que essa parcela ainda pode estar em fase de formação. Percebe-se que embora tenham agentes com um tempo relativamente considerável no serviço policial, o mesmo não acontece na atividade de segurança de autoridades, o que leva a concluir que é possível que as equipes ainda estejam em fase de maturação, uma vez que as doutrinas da PM e da CMG são bastante díspares, fato que não influencia no que é encontrado nos gráficos 4 e 5, como veremos a seguir.

Gráfico 4 - Autopercepção do conhecimento em APHT.



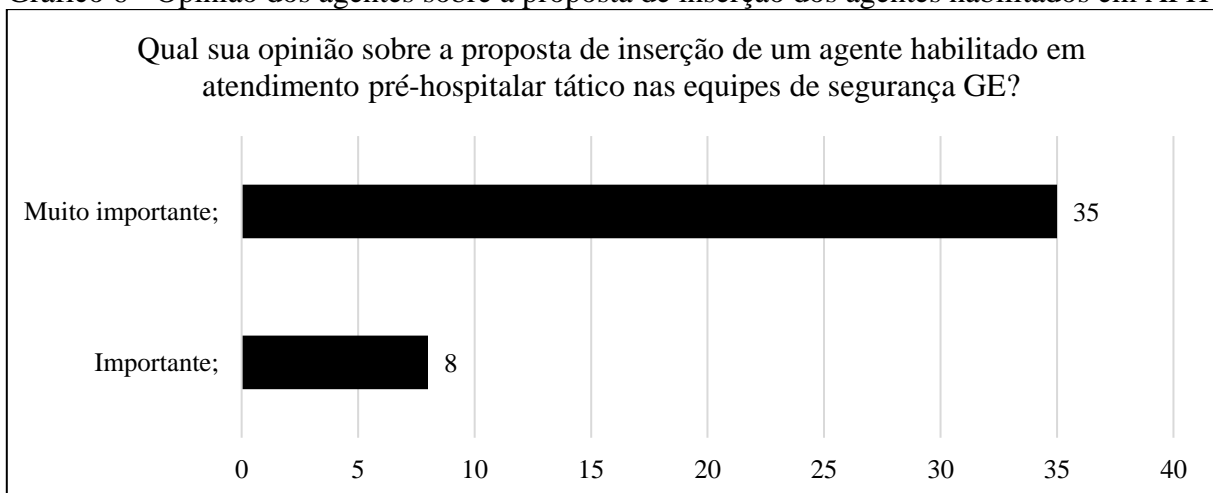
Nota-se que apenas quatro agentes consideraram a si mesmos aptos para se determinarem ante uma ocorrência com demanda de APH Tático ou convencional. Outro dado relevante para essa pesquisa é que mais da metade dos agentes protetores, 25 precisam reavivar os conhecimentos em APH Tático.

Gráfico 5 Autopercepção da capacidade de gerenciamento em demandas de APHT.



Como mais de 63% não se consideram possuir conhecimentos e vivência em APHT, é natural que mais de 80% não se sintam confiantes para liderar ocorrências com aquela demanda, mas se sentem aptos a participar das ocorrências, desde que obedecendo aos comandos de um líder. Por outro lado, sabe-se agora que apenas 16% dos agentes se sentem seguros para liderarem suas respectivas equipes em demandas de atendimento pré-hospitalar. Estes agentes devem ser cooptados e porém, mais de 80% tem pouco ou mais conhecimento na disciplina, deixando clara a necessidade de implantação de um programa de instrução continuada com edições semestrais para oportunizar formação de líderes que estando alinhados com os protocolos internacionais mais atualizados, possam servir de referência para sua equipe e poder gerir de forma consciente e eficaz às demandas de APH Tático mesmo sob pressão e em ambiente crítico.

Gráfico 6 - Opinião dos agentes sobre a proposta de inserção dos agentes habilitados em APHT.



Foram gravadas respostas praticamente unânimes considerando a relevância da proposta.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao concluir o trabalho, restou clara a importância da presença de um agente treinado em APH Tático, protocolo utilizado para responder às situações de perigo de vida em uma crise. Em cenários como esse, o treinamento repetido e consistente e a experiência de um líder são fundamentos cruciais para uma prestação de serviço com a qualidade e rapidez que se requer.

Uma solução factível apresentada foi a implementação de um programa de formação continuada com eventos semestrais, o que manteria os protocolos atualizados e em conformidade com as entidades que são referências no mundo, elevando a qualidade do serviço de salvaguarda de figuras públicas proeminentes.

É possível também, nesse momento, reconhecer o esforço da CMG, através da Diretoria de Segurança, na formação em APH Tático de seus agentes. Com base nas entrevistas, percebeu-se que os cursos dessa disciplina são ministrados para grupos e não especificam um agente como líder da eventual demanda pré-hospitalar, fato que reclama a implementação de um protocolo, o qual possa ser inserido dentro das equipes de segurança do Governador da Bahia um agente habilitado para exercer liderança na atividade aludida. Esse programa, centrado na excelência da formação, permitiria o desenvolvimento de habilidades especializadas e atualizadas, indispensáveis para enfrentar as múltiplas facetas das ameaças à segurança.

Levando em consideração o quanto foi analisado, abre-se caminho para a criação de um programa de instrução continuada para formação de agentes capazes de liderar os procedimentos pré-hospitalares adotados pelas equipes de segurança em eventuais demandas que reclamem ações de preservação da vida, visando atender seus próprios agentes e a maior autoridade do Estado, o Governador da Bahia, imperativo não apenas operacional, mas também uma manifestação tangível do compromisso da Casa Militar da Bahia com a estabilidade e o bem-estar de todo o Estado.



# **INSERTION OF AGENT QUALIFIED IN TACTICAL APH IN THE SAFETY TEAMS OF THE GOVERNOR OF BAHIA: A PROPOSAL**

## **ABSTRACT**

This work analyzes the proposal to insert a qualified agent in Tactical APH in the security teams of the Governor of Bahia. Such an approach is necessary due to the relevance of the good to be protected: the physical, psychological integrity and public image of the person in charge of managing the course of Bahia, therefore, any facts that supervene on such authority, whether inherent to human nature, such as illnesses, accidents and incidents that may compromise their physical and/or mental capacity, temporarily or permanently, whether criminally motivated, which may generate instability in the democratic state of law. The purpose of this research is to suggest that an agent be inserted to lead the demands of pre-hospital emergencies in the security teams of the Governor of Bahia. This intent will be achieved through field research with interviews and questionnaires, both for managers and operators of the Security Directorate of the Military House of the Governor of Bahia. The analysis proved that most of the current agents who are currently operating in the security of the mentioned authority do not feel qualified to lead an occurrence with pre-hospital demand, conventional tactic or not, which leads us to conclude that there is an imperative need to implement what was suggested In this job.

**Keywords:** Tactical pre-hospital care. Leadership. Continuing education.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA FN, Silva TM, Ramos V. **Estresse ocupacional dos enfermeiros de urgência e emergência: Revisão Integrativa da Literatura**. Acta Paul Enferm. [Internet]. 2012. Acesso em 13, ago2023]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ape/v25nspe2/24.pdf>.

BRASIL, **Portaria do Ministro Nº 98/2022**. Cria a Diretriz Nacional de Atendimento Pré-Hospitalar Tático para Profissionais de Segurança Pública – APHT.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa Nº 16/MD, de 12 de abril de 2018**. Aprova a Diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático do Ministério da Defesa para regular a atuação das classes profissionais, a capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações previstas para a atividade. Brasília, abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. **Portaria Nº 196-EME, de 23 de dezembro de 2010**. Aprova a Diretriz para a Implementação do Atendimento Pré-Hospitalar nas Atividades de Risco no Exército Brasileiro. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado maior do Exército. **Portaria n.º 072 de 06 de abril de 2015**. Aprova a Diretriz para o Atendimento Pré-Hospitalar nas Atividades de Risco no Exército Brasileiro e revoga a Portaria EME nº 149, de 31 de julho de 2013. Brasília, 2015.

CICONET, Rosane Mortari. **Tempo resposta de um serviço de atendimento móvel de urgência**. 2015. 122 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

CAVALCANTE, Vinicius Domingues. **Segurança de Dignitários: protegendo pessoas muito importantes**. Disponível em < <http://www.abseg.org.br/public/uploads/vinicius-cavalcante-seguranca-dignatarios.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GILLESPIE, Nicole. Measuring trust in working relationships: the behavioral trust inventory. In: Proceedings of the Academy of Management Conference, 2003, Seattle, WA, USA.

FERNANDES, Marcelo Manaia Gonçalves. **Atendimento pré-hospitalar tático: importância da educação permanente no atendimento às baixas em combate no Exército Brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Aperfeiçoamento de Oficiais) – Escola de Saúde do Exército, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Médicos, 2021.

KELLY, Joseph F. RITENOUR, Amber E. MCLAUGHLIN, Daniel F. BAGG, Karen A. APODACA, Amy N. MALLAK, Craig T. PEARSE, Lisa. LAWNICK, Mary. CHAMPION, Howard R. WADE, Charles E. HOLCOMB, John B. Injury Severity and Causes of Death From Operation Iraqi Freedom and Operation Enduring Freedom: 2003–2004 Versus 2006. The Journal of Trauma. Vol 64, suplemento. P. s21-s27. 2008.

HERMANN EBBINGHAUS . in: Wikipedia, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hermann\\_Ebbinghaus&oldid=65007980](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Hermann_Ebbinghaus&oldid=65007980)>. Acesso em: 02 fev. 2023;

LUCKESI, C.C. Para Trabalhar a interdisciplinaridade. Caderno Pedagógico, número 1. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho. 1993.

MASSAROLI, Aline. SAUPE, Rosita. **Distinção conceitual: educação permanente e educação continuada no processo de trabalho em saúde**. Sem data. Disponível em: <http://www1.saude.rs.gov.br/dados/1311947098405educa%E7%E3o%20continuada%20e%20permanente.pdf>. Acesso em: 03 mar 2023.

Ministério da Defesa. **Portaria Normativa MD/GM Nº 16**. Aprova a Diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático do Ministério da Defesa para regular a atuação das classes profissionais, a capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações previstas para a atividade. Brasília: 2018.

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

SANTOS, Luis Barbosa dos Santos. **Violência na Colômbia em perspectiva histórica**. Revista Outubro, n. 22, 2º semestre de 2014.

TAVEIRA, Costa. **Liderança e capacitação do enfermeiro no atendimento pré-hospitalar de emergência**. Revista de Enfermagem da UFPI, 2018.

## APÊNDICE A

### ENTREVISTAS

Entrevista 1

Local; Diretoria de Segurança da CMGBA

Data; 20/06/2021

Hora; 16h30

Duração; 04min32

Entrevistado: Raimundo Alves Trindade

Apresentação

O entrevistado é Diretor de Segurança da CMGBA e instrutor do CPA.

1ª pergunta: Quais as atividades desta diretoria de segurança são voltadas para o fortalecimento das ações de atendimento pré-hospitalar tático?

R. *Dois oficiais instrutores em APH já realizamos uma etapa né de capacitação de 20 agentes protocolo Marc 1 que hoje é o protocolo usado como referência para APH Tático e dentro da estrutura do Curso de Proteção de Autoridades nós temos a disciplina de APH Tático incluída há 2 edições e que ao final do curso os alunos são certificados do CPA e já sai também certificado no protocolo Marc 1.*

2ª pergunta: Como o senhor avalia, hoje, a proposta de implementação de um agente que seja especialista em APH Tático nas equipes de segurança do GE?

R. *Vejo com uma excelente possibilidade de qualificar o nosso serviço, porque é uma tendência as técnicas policiais hoje não somente da técnica de segurança de autoridades, mas da técnica policial nós temos visto os cursos de formação também aderirem ao atendimento pré-hospitalar tático como uma de suas disciplinas importantes para o serviço e no nosso caso, especificamente, vejo como algo extremamente essencial, pois a nossa rotina ela sempre tem a possibilidade de risco. Então é algo que nós não prevemos, mas para qual devemos estar preparados para poder fazer frente. Então, não é simplesmente um atendimento pré-hospitalar, a gente tem que usar muitas vezes as técnicas de combate, quem sabe que o atendimento pelo hospital é diferente do atendimento pré-hospitalar tático, protocolo é diferente em termos de prioridade, então a gente precisa adequar essa doutrina a nossa realidade, portanto acho que é extremamente viável a gente ter um agente especializado nessa tomada de decisão durante todo o nosso serviço.*

3ª pergunta: Com base na fala anterior, o senhor considera viável a implementação de um programa de instruções em APH Tático visando reforçar esse protocolo?

*R- Acho extremamente importante e não somente pelos argumentos que você citou, mas por outra questão que é a rotatividade de pessoal. Eu acho que a criação de um programa de instruções diga uma periodicidade ainda que a nossa rotina muitas vezes atrapalhe que esse programa seja cumprido à risca, é extremamente importante para que nós possamos capacitar os nossos policiais para uma maior gama de situações possível e não somente com vistas à segurança da autoridade mas também com vistas à segurança própria uma vez que o policial ele não vai fazer todos os deslocamentos acompanhados da autoridade e às vezes até em viagens ele vai fazer deslocamentos sozinho pode se deparar com a ocorrência e que se lesionado que precise aplicar a doutrina de APH Tático, portanto eu acho que é extremamente importante não somente para a nossa missão principal que é proteger a autoridade, mas também para proteger a vida do próprio policial.*

Entrevista 2

Local: Diretoria de Segurança da CMGBA

Data: 27/07/2023

Hora: 10h20

Duração: 10min04

Entrevistado: Marcus Teixeira Santos

Apresentação

O Capitão Teixeira tem 19 anos no serviço policial militar. Desses, sete anos dedicados especificamente à Diretoria de Segurança, principalmente na coordenação do acompanhamento do governador e desde o ano de 2019 vem se especializando na área de APH convencional e tático. Tem curso na área de APH de Combate com Protocolo Marc 1, do qual é multiplicador institucional e instrutor do CPA.

1ª pergunta: Como o Sr. avalia a proposta de implementação de um agente especialista em APH Tático nas equipes de segurança do Governador da Bahia

*R - Acho tão interessante o tema do trabalho, não é porque a da nossa atividade e a proteção de vidas né no caso na vida da autoridade, mas também da vida da equipe de segurança então é um assunto tem que ser levado a sério e graças a Deus isso está sendo implementado a nível nacional até para, no viés da diminuição da vitimização policial, mas aqui o enfoque é que como segurança autoridade a vitimização da autoridade e dos seus agentes de segurança. Eu acho extremamente pertinente, extremamente importante trazer essa discussão é que a sua proposta ela é se concretize né se transforme em ação e que a gente consiga é através das suas sugestões implementar um ciclo de instrução continuada aquilo que está em APH no que está em formação de novos operadores e também a requalificação desse operadores ao longo do tempo.*

2ª pergunta: Como o Sr. avalia o nível de conhecimento e experiência dos atuais agentes que compõem as equipes de segurança do GE?

*Em 2020 por iniciativa nossa, o diretor de segurança, nós recebemos aqui o pessoal lá da Escola Superior de Polícia do Paraná onde uma boa parte do nosso efetivo foi habilitada no protocolo Marc 1 e desde lá passamos também a fazer algumas instruções para habilitar o restante do nosso*

*peçoal. Hoje não teria um número exato, mas acredito que pelo menos 70, 80 por cento do efetivo do acompanhamento hoje seja habilitado no protocolo. Contudo, eu acredito que hoje o nível de conhecimento seria até um pouco complexo de aferir isso daí mas eu acho que a pessoa que está habilitada nem sempre ela está em condições de aplicar esse conhecimento porque isso requer treinamento contínuo, tem que ter memória muscular; são protocolos que necessitam que a pessoa venha reavivando esse essa prática né constantemente então acredito que hoje apesar de estar no nível básico de conhecimento eu ainda acho que está muito aquém do que ser o ideal para atividade que a gente desempenha hoje que é a proteção da maior autoridade do Estado então acredito que a gente precisa o quanto antes se criar uma forma que esse conhecimento seja sempre reavivado com os operadores do acompanhamento do Governador.*

3ª pergunta: O Sr. considera viável a implementação de um programa de instruções de APH Tático para reforçar os protocolos de atendimento?

*R - Isso se faz extremamente necessário. É imperativo a gente criar um programa obviamente em diversas áreas, mas aqui falamos sobre APH Tático para que a gente faça essa instrução continuada que hoje chama que aí obviamente a gente não usa mais o termo reciclagem então a gente tem sempre que tá aprimorando esse conhecimento, fortalecendo sempre e até porque existem janelas temporais que esses protocolos podem ser atualizados existem hoje nós temos o Comitê Brasileiro de Combate porém também é interessante falar que hoje existe uma Política Nacional de implementação para os agentes de segurança pública na área do Operador de Combate que foi a diretriz publicada no ano passado pela Senasp, então os Estados que optarem em aderir né obviamente não há obrigação pelo pacto federativo mas a Bahia vai aderir, inclusive eu faço parte de uma comissão hoje para implementar uma proposta de implementação a nível estadual e lá nós vamos dividir níveis de conhecimento né nível básico, nível intermediário e avançado que seria voltado para operadora de segurança pública que são formados na área de saúde. Então acredito que em breve, quando publicarmos isso, a gente vai poder absorver aqui internamente para usarmos até porque também existe um viés voltado para essa instrução continuada. E eu acho que pelo menos todos os integrantes do acompanhamento têm que estar no nível básico e pelo menos termos 2 integrantes de nível intermediário em cada equipe. Já o nível avançado eu já acho um pouco mais complexo, porque eu nunca fiz um levantamento assim de competências extracurriculares aqui a nível de tropa para saber se tem algum enfermeiro, médico eu sei que não tem, para tentarmos habilitar um operador neste nível avançado que não tivesse um em cada equipe mas pelo menos temos a presença de um operador avançado na estrutura da Diretoria de Segurança e seria muito interessante. Seria um ganho muito grande. E também termos esses operadores em níveis intermediários, que serão aqueles que estão habilitados a formar o nível básico, então acho muito interessante exatamente os intermediários seriam os chamados de líder da equipe de APH. Na nossa atividade policial a gente sempre dividiu as funções e não é diferente na atividade de proteção de autoridades; coordenadores, segurança aproximada, motorista ou avançado. Teríamos que encontrar aí a liderança no que tange ao atendimento pré-hospitalar e seria esse operador que seria habilitado no nível intermediário seguindo essa diretriz que o nosso Estado vai implementar.*

4ª pergunta: E quanto tempo seria adequado para reforçar esses conhecimentos?

*R - Eu acredito que o mínimo necessário seria pelo menos a cada semestre. Nós faríamos uma nova avaliação de conhecimento e atualização também para avaliar o conhecimento do operador para gente ver onde é que está sendo uma maior dificuldade e o que é que a gente pode atacar mais a nível de treinamento.*

Entrevista 3

Local: Diretoria de Segurança da CMGBA

Data: 27/07/2023

Hora: 19h37

Duração: 05min30

Entrevistado: Gladson Oliveira Tavares

Apresentação

O Ten Tavares tem 35 anos de serviço. Possui curso de táticas especiais em Manaus, o APH do CBM da Bahia e da Polícia Civil do Paraná, o curso Tigre. Há 17 anos no corpo de proteção de autoridades pela Casa Militar da Bahia, atualmente é coordenador de segurança do Governador e instrutor do CPA.

1ª pergunta: Como o senhor avalia a proposta da implementação de um agente especialista em APH Tático capaz de liderar as equipes de segurança do GE?

R – *Vejo com bons olhos, até porque nós precisamos disso para é deixar sempre livre os agentes de segurança quando em alguma atividade que ponha em risco a autoridade e desde quando venhamos ter algum conflito algum dos agentes ser alvejado teria um especialista para isso e fora o combate o dia a dia da nossa autoridade e essa pessoa seria o especialista para comandar e orquestrar o primeiro atendimento ao nosso protegido.*

2ª pergunta: Como você avalia hoje o nível de conhecimento e experiência dos atuais agentes que compõem as equipes de segurança do Governador?

R - *Precisamos melhorar isso, porque a grande maioria participou do curso de nivelamento no Marc I, fora os que fizeram o curso de Proteção de Autoridades. Agora, o grande problema é não pôrmos em prática uma instituição continuada é o que nós precisamos é o conhecimento militar parado há um bom tempo, apesar dos serviços que nós viemos prestando, mas tem que ter tempo, no primeiro ou no segundo semestre para que possamos fazer essas instruções. Um projeto continuado e vaer as novidades porque já foram implementadas novas técnicas para a atividade de APH Tático.*

3ª pergunta: Você considera viável a criação de um programa de instrução continuada de forma a garantir a fixação dos conhecimentos dos agentes?

R - *Sim. É justamente o treinamento é que faz com que esse especialista consiga no momento de crise solucionar os problemas, principalmente com a atuação política. A nossa autoridade ou as demais, se precisar ser atendida e precisarmos removê-las com uma ação rápida e de pronto emprego. Como não temos uma ambulância próxima, porque não ficaria bom politicamente por conta da demanda do município às vezes então, se a gente tem um homem pronto para isso e o equipamento no veículo nós vamos fazer o primeiro atendimento e conduzir para uma unidade hospitalar.*